

Abismo salarial separa servidores



PROTESTOS DE DIFERENTES CATEGORIAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MARCAM TODA A TRAMITAÇÃO DA PROPOSTA OFICIAL DE REAJUSTE LINEAR DE 3,62% PARA SERVIDORES DO EXECUTIVO ESTADUAL

FUNCIONALISMO EM MINAS

DIFERENÇAS SALARIAIS DIVIDEM SERVIDORES

Em meio a embate sobre reajuste, dados mostram que vencimentos do Executivo vão do teto de R\$ 5,6 mil pago a 94% dos trabalhadores da educação aos mais de R\$ 22,5 mil da maioria nas áreas fiscal e jurídica

GABRIEL RONAN E THIAGO BONNA

Em meio à pressão sobre o governador Romeu Zema (Novo) por reajustes maiores para os servidores, diante do projeto de lei que tramita na Assembleia prevendo recomposição linear de 3,62%, o funcionalismo mineiro convive com um quadro de discrepância salarial que torna bem diferentes os efeitos financeiros da proposta oficial. O desnível de vencimentos fica evidente com base em informações do Portal da Transparência do Executivo, segmentada pelo Núcleo de Dados do EM.

Fazenda, por exemplo, são puxados, sobretudo, pelos auditores fiscais e gestores fazendeiros. São 1.651 servidores de ambos cargos ganhando acima de R\$ 22,5 mil. Na AGE, os vencimentos robustos são puxados pelos 437 procuradores do estado recebendo nesse mesmo patamar.

de R\$ 5,6 mil. Também integrante das forças de segurança, a Polícia Civil tem 78,2% dos seus servidores ganhando acima da realidade de 94% dos professores e outros trabalhadores da área.

A diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), Marcelle Amador, afirma que a situação dos trabalhadores da rede estadual é ainda pior do que os dados mostram. "Tem muita gente que recebe menos que um salário mínimo. São mulheres e homens que estão nas cantinas, preparando a merenda; que recebem as pessoas na portaria; que limpam as salas e os banheiros... Isso é muito sério, muito grave. Sempre denunciamos que a educação recebe os menores salários do Executivo", diz.

Segundo ela, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) garante um piso de R\$ 4.580,57 à categoria, mas a administração pública paga um piso de R\$ 2.652,29.

DEFASAGEM NA SEGURANÇA

Ainda que represente uma categoria com padrões de vencimento mais altos, o presidente Sindicato dos Servidores da Polícia Civil no Estado de Minas Gerais (Sindipol-MG), Wemerson Oliveira, também se queixa da defasagem salarial, que segundo ele chega a 41,6% nos últimos sete anos. "Quando a gente fala dessa discrepância de quase 300% (de reajuste) para o governador e 3,62% (de aumento) para os demais servidores, o Zema quer dizer: Vamos sucatear o serviço público de Minas Gerais", diz.

Heder Martins, da Associação dos Praças Policiais e dos Bombeiros Militares de Minas Gerais, complementa: "Nós negociamos com o governador, em 2020, uma recomposição de 40%, que seria escalonada no primeiro mandato do Zema. Ele perdeu a credibilidade quando mandou para a Assembleia esse projeto e não cumpriu o acordo", denuncia.

LEIA MAIS SOBRE DIFERENÇAS SALARIAIS DO FUNCIONALISMO NA PÁGINA 4



FUNCIONALISMO EM MINAS

REAJUSTE PODE VARIAR DE R\$ 51 A MAIS DE R\$ 3 MIL

Aumento linear de 3,62% proposto pelo estado terá impacto bem distinto entre categorias do Executivo: 75% dos servidores terão R\$ 50 a mais, bem menos que no caso de supersalários

GABRIEL RONAN E THIAGO BONNA

DIFERENÇAS SALARIAIS

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Table with columns for 'Cargo', 'Vencimento', 'Código', 'Descrição', 'Valor', 'Data de Atualização', 'Status', 'Observações'. It lists various public servant positions and their corresponding salaries.



PROTESTO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO NA ALMOÇA, CATEGORIA DIZ QUE ESTADO PAGA ABAIXO DO PISO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3 e 4